



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL: ESPECIALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO
PRODUTIVA EM SANTA CATARINA

Claudia A. F. Siebert (FURB) - csiebert.arq@gmail.com

Arquiteta, Mestre e Doutora em Geografia, Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da FURB

Reorganização do Espaço Regional: Especialização e Diversificação Produtiva em Santa Catarina

O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço.
Milton Santos (1986, p.118)

A organização do espaço é função da estrutura da produção.
Milton Santos (1979, p.289)

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata das relações entre espaço, sociedade e economia em Santa Catarina, em uma tentativa de interpretação das transformações recentes na estrutura socioespacial do território. Estas transformações caracterizam uma reorganização do espaço, decorrente do surgimento de novos arranjos produtivos locais.

Santa Catarina apresenta um ordenamento territorial diferenciado dos demais estados brasileiros, com uma rede policêntrica de cidades de porte médio. Com área de 95.346 km² e população estimada pelo IBGE de 6.118.743 habitantes em 2009, sua estrutura produtiva tem sido tradicionalmente caracterizada pela especialização regional, com setores econômicos diferenciados predominando em cada região.

Neste artigo, investigamos esta estrutura espacial da produção. Inicialmente, comparamos as interpretações de diversos autores sobre os pólos ou complexos econômicos do Estado. Na sequência, analisamos a distribuição espacial recente da atividade econômica de Santa Catarina, utilizando dados de emprego da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais por setor econômico e por setor industrial, espacializando-os na base cartográfica do Estado.

2. TERRITÓRIO E PRODUÇÃO

Nossa abordagem na análise da relação entre território e produção parte da visão do espaço socialmente produzido que nos foi legada por Henri Lefebvre, David Harvey e Milton Santos.

Henri Lefebvre (1974) colocou o espaço como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da própria sociedade. Para este autor, o espaço é meio de produção submetido a relações de apropriação. O ambiente construído, resultado desta interação, é força produtiva. As forças produtivas sociais, em cada estágio de seu desenvolvimento, apresentam uma resultante espacial que é fruto do trabalho acumulado até aquele momento.

David Harvey legou-nos sua concepção do espaço, que pode ser, tanto isolada quanto simultaneamente, absoluto, relativo e relacional (1993, p.13). Em suas expressões materiais, o espaço absoluto poderia ser exemplificado por uma cidade ou um estado; o espaço relativo poderia ser exemplificado pelo fluxo de pessoas e cargas; e o espaço relacional pelas relações socioeconômicas (HARVEY, 2006, p.135).

Milton Santos (1982, 1985, 1986), cuja obra ampliou a concepção de espaço social de Lefebvre, contribuiu com o estabelecimento do conceito de formação sócio-espacial, derivado do conceito de formação sócio-econômica. Para Santos, modo de produção, formação sócio-econômica e espaço são categorias interdependentes, sendo as categorias de análise do espaço: estrutura social (natureza histórica), processo (uma estrutura em movimento de transformação), função e forma, que devem ser consideradas em suas relações dialéticas. Assim, a análise da configuração ou organização social de uma sociedade pressupõe a sua interação com o espaço, uma vez que o espaço caracteriza-se, simultaneamente, como condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade.

A sociedade vive em constante mutação, e a produção, em cada lugar, é o motor do processo, ao transformar as relações do todo e criar novas vinculações entre as áreas (Santos; Silveira, 2001, p.30). Isto é ainda mais verdadeiro em uma economia globalizada, pois

o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros (SANTOS, 2000, p.79).

A fluidez da globalização, que parece contrair o espaço e o tempo em um mundo sem fronteiras, não deve levar-nos à prematura conclusão de que o espaço perdeu importância e de que os territórios devam ser esquecidos, pois, ao contrário, a globalização levou à reasserção das tendências de aglomeração em diferentes partes do mundo (SCOTT, 2000, p.47; SCOTT; STORPER, 2003, p.585). O mundo não ficou plano, com condições homogêneas de concorrência, como previu Friedman (2005), ao contrário, a atividade econômica e a riqueza parecem estar crescentemente concentradas, se não em países específicos, em espaços específicos nestes países (RODRÍGUEZ-POSE; CRESCENZI, 2009). Ou seja, o território ainda é palco e protagonista das modernas relações de produção capitalista, e o desenvolvimento ainda ocorre de forma concentrada e não difusa, contrariando a vertente globalista que acreditava na homogeneização do espaço ou desterritorialização.

Scott (2000, p.47 e 2005, p.2-6) vê a economia mundial como um mosaico de cidades-região, ou economias regionais, que seriam aglomerações peculiares funcionando

como as fundações de um novo sistema mundial, no qual o sistema de relações centro-periferia poderia vir a ser ultrapassado, ou, pelo menos, complementado. A re-valorização da componente espacial na análise do desenvolvimento regional tem sido chamada de re-territorialização do desenvolvimento (KLINK, 2001, p.22). Para Geiger (2001, p.1754), a ressurgência da questão regional leva-nos a pensar a região geográfica e politicamente, "sua construção e reconstrução, no tempo e no espaço", associando a escala local à escala global. Nesta lógica territorial, os lugares participam, simultaneamente, de várias escalas de organização espacial, transcendendo os laços de proximidade espacial (DIAS, 2004).

Lamentavelmente, à medida que densas redes de fluxos tangíveis e intangíveis cobriram o território, possibilitando a interação entre pessoas, empresas e lugares em níveis inéditos na história, foram facilitados, simultaneamente, tanto a cooperação quanto a competição econômica (PIQUET, 2000, p.5). Competição esta que significou, nas palavras de Lojkine (2002, p.21), um "formidável retorno à precarização do trabalho, atenuada pelo eufenismo ambivalente da flexibilidade", caracterizando mais uma perversão econômica do que uma necessária mutação sócio-econômica. Para esta perversão, Harvey (2003, p.148; 2005, p.159; 2006, p.90) emprega a expressão acumulação por despossessão, referindo-se ao comportamento predatório das elites político-econômicas que aumentam seus ganhos ao desmantelar direitos através de práticas canibalistas como privatizações e abolição de programas sociais e fraudulentas como a desvalorização periódica de ativos. Neste processo, o desenvolvimento geográfico desigual perpetua-se.

3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL

A industrialização brasileira teve início com a implantação da indústria têxtil na virada para o século XX. A partir dos anos 1930, foi impulsionada em um processo de substituição de importações por um estado nacional desenvolvimentista, com a grande siderurgia na década de 1940, a indústria automobilística no final dos anos 1950, e a implantação dos setores de insumos básicos e bens de capital nos anos 1970.

Com o esgotamento do modelo de substituição de importações a partir dos anos 1980 e as políticas neoliberais dos anos 1990, foram interrompidos os ciclos de desenvolvimento anteriores (DINIZ, 2000). O país abriu, de forma abrupta, sua economia para o mercado internacional, sem a criação de mecanismos reguladores de proteção das empresas nacionais, caracterizando a acumulação por despossessão, em uma inserção submissa na divisão internacional do trabalho (PIMENTA; SIEBERT, 2007, p.8). Isto fez com que as indústrias brasileiras passassem por enormes dificuldades para poder concorrer com os produtos importados, com resultados devastadores. O país não se desindustrializou, como a Argentina, mas muitas empresas quebraram ou foram adquiridas por capital externo, com a desnacionalização de setores inteiros. As empresas que se reestruturaram adotaram a

produção flexível e a terceirização como forma de diminuir custos e riscos, repassando-os para o trabalhador, com a precarização das relações de trabalho.

Ao longo da evolução da industrialização brasileira, cada novo setor industrial apresentou um padrão locacional diverso do anterior, passando a exigir novas condições gerais de produção - infra-estrutura e serviços. Para Piquet (1998, p.7), os empreendimentos industriais, por induzirem "novas condições técnicas de produção em pontos selecionados do território nacional, proporcionam o avanço da fronteira econômica e espacial, influenciando no processo de integração nacional" e da formação urbana.

Até meados do século XX, havia uma forte concentração populacional e econômica no Sudeste, especialmente em São Paulo, que resultou em grandes desigualdades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, essa dinâmica regional começou a se alterar. A evolução nos sistemas de transporte e de comunicação possibilitou uma integração econômica globalizada, no período em que se desenvolveu o que Milton Santos denominou de meio técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O crescimento das produções industrial, agrícola e mineral, a expansão e melhoria da infra-estrutura (transportes, energia elétrica, telecomunicações), a mudança da capital para Brasília, o acelerado processo de urbanização e a criação do sistema de incentivos ao desenvolvimento regional acarretaram uma mudança no padrão locacional das atividades econômicas, com desconcentração industrial, expansão das fronteiras agropecuária e mineral, crescimento e desconcentração dos serviços (REZENDE; TAFNER, 2005, p. 160).

Na origem das mudanças apontadas estão transformações importantes ocorridas nos últimos trinta anos na indústria e na agricultura brasileiras, em conjunto com a dinamização de setores modernos da prestação de serviços. O resultado é um novo e diversificado mapa populacional, social e produtivo do país, e, embora ainda fortemente concentrado no Sudeste e no Sul, o que se observa é a formação de um grande número de áreas produtivas em várias partes do território nacional, em setores diversificados, caracterizando um Brasil ao mesmo tempo integrado e fragmentado.

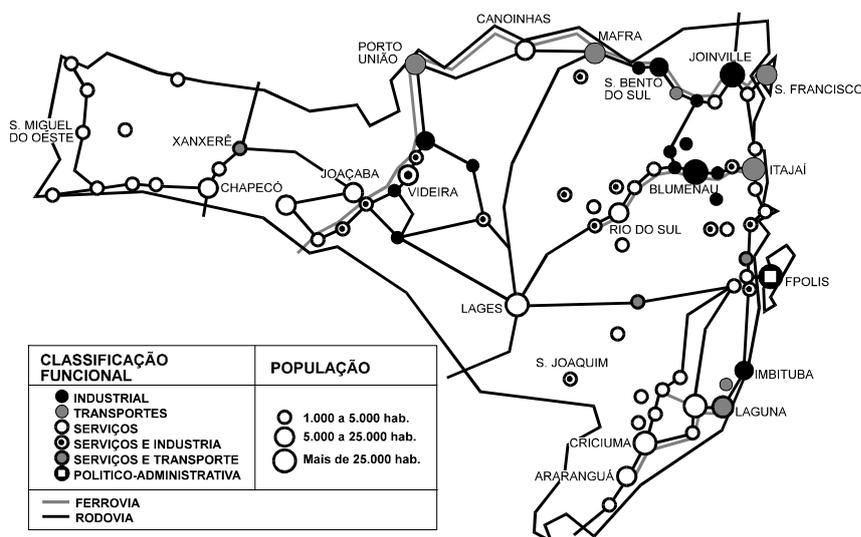
O centro dinâmico da indústria brasileira continua sendo São Paulo, mas houve ampliação da área de localização industrial para outros estados, em especial nos setores intensivos de mão-de-obra: têxtil, fumo, alimentícios e calçados. Apesar de aumentarem as opções espaciais de localização, a desconcentração industrial foi seletiva do ponto de vista setorial, pois os setores tecnologicamente mais complexos e/ou voltados ao mercado com maior poder aquisitivo continuaram concentrados em São Paulo e estados vizinhos (POCHMANN, 2004, p.60), mantendo-se o quadro nacional de desenvolvimento desigual.

O geógrafo Floriano Godinho de Oliveira detectou que, no final do século XX, a descentralização espacial das indústrias que foi notada em todo o país, teve destaque nas regiões Sul e Sudeste. Santa Catarina, em especial, apresentou grande dinamismo no setor industrial. Em 1980, sete cidades do Estado contavam com mais de dez mil empregados no setor industrial. Este número saltou para treze no ano 2000, com mais seis municípios atingindo este nível de industrialização (OLIVEIRA, 2001, p. 347).

Diversos autores e estudos abordaram a especialização produtiva catarinense. No final dos anos 1960, Singer (1968, p.83) afirmou que Santa Catarina, em vez de ser unificada pelas vias naturais, era, antes, dilacerada por elas em regiões independentes.

No início dos anos 1970, foi publicado na Revista Brasileira de Geografia um estudo de Magnanini (1971) sobre os centros urbanos de Santa Catarina, analisando sua base econômica e classificação funcional (ver figura 2).

Figura 2 - Classificação Funcional das Cidades de Santa Catarina - 1970



fonte: SIEBERT, 1996, p.41, adaptado a partir de MAGNANINI, 1971.

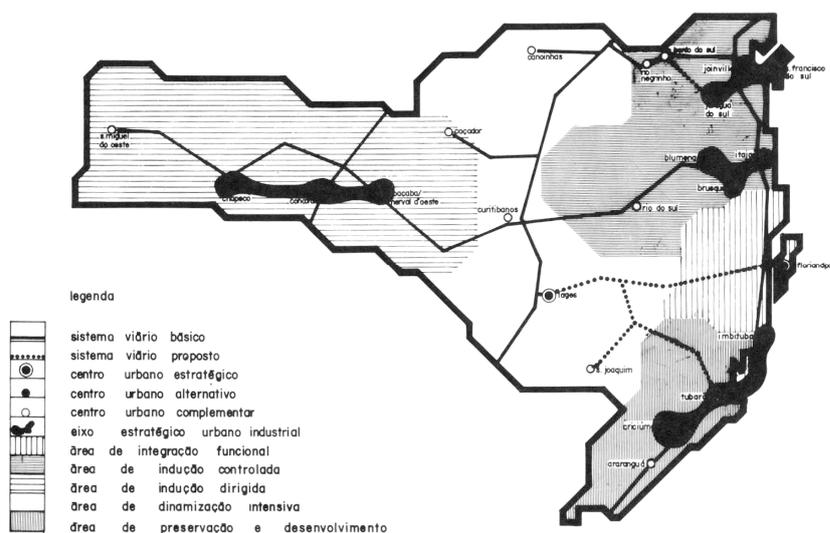
Neste estudo, os maiores centros industriais eram Joinville e Blumenau, com a industrialização concentrada no Vale do Itajaí e Nordeste catarinense. Florianópolis, a capital do estado, aparece com a função político-administrativa. As cidades portuárias de S. Francisco, Itajaí e Laguna aparecem com a função de transportes, assim como Porto União e Mafra, em função da ferrovia. Nos extremos sul e oeste, a indústria ainda não era uma função de destaque.

Nos anos 1980, no PDRU - Política de Desenvolvimento Regional e Urbano de Santa Catarina, trabalho elaborado pelo Governo do Estado (SANTA CATARINA, 1981), foram apontados alguns problemas da organização espacial catarinense, entre outros fatores, a ausência de um sistema de planejamento regional integrado, a reduzida integração inter-regional, o crescimento das disparidades regionais em renda per capita, a insuficiência de ligações viárias no leste-oeste, o enfraquecimento das finanças públicas e a utilização

predatória do meio ambiente (SIEBERT, 2001, p.146).

Para enfrentar estes problemas, foi traçada uma estratégia territorial de desenvolvimento (ver figura 3), na qual aparecem quatro eixos estratégicos urbano industrial: Joinville / Jaraguá do Sul; Blumenau / Brusque / Itajaí; Chapecó / Joaçaba e Criciúma / Tubarão / Imbituba.

Figura 3 – Estratégia Territorial do PDRU - 1981



fonte: SANTA CATARINA, 1981.

No início dos anos 1990, novo documento produzido pelo Governo do Estado tratou da organização espacial de Santa Catarina. No trabalho "Santa Catarina, Estado Onde Investir" (SANTA CATARINA, 1990), foi caracterizada a especialização funcional produtiva do estado, com sete eixos: alimentar (Oeste), cerâmico (Sul), fruticultura (Meio-Oeste), madeira/papel/celulose (Planalto Serrano), metal-mecânico (Nordeste), mobiliário (Planalto Norte) e têxtil (Vale do Itajaí).

Mais recentemente, Cécile Raud (1999, p.254) descreveu Santa Catarina como a manifestação mais acabada da industrialização difusa brasileira. Como observou esta autora,

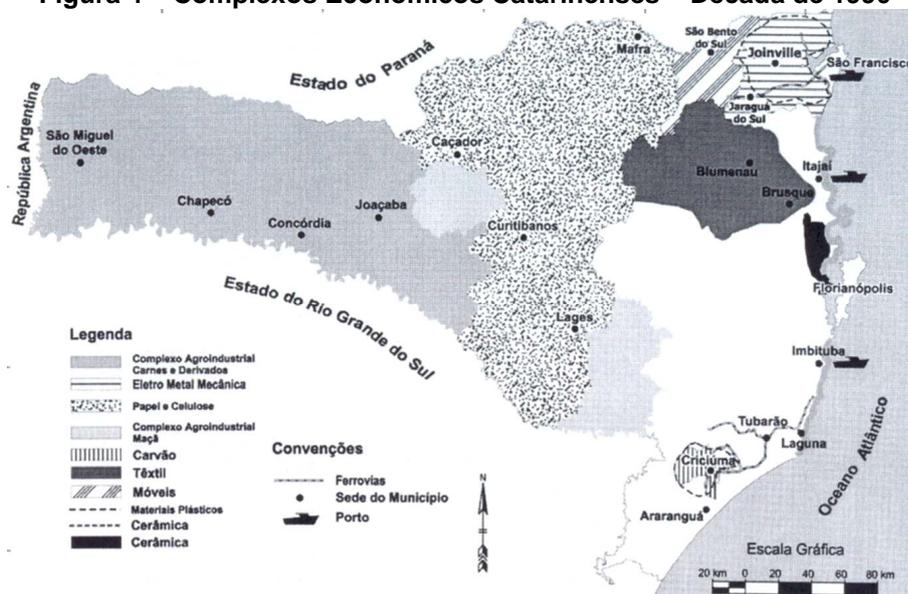
no seio do cenário brasileiro marcado por uma forte concentração espacial e social, o estado de Santa Catarina parece uma exceção. Sua indústria, ao invés de estar concentrada na capital, está espalhada entre seis eixos setorialmente especializados, organizados ao redor de uma ou algumas cidades médias (RAUD, 1999, p.83).

Os seis eixos industriais do Estado descritos por Raud (1999) eram: agroindústria no Oeste, cerâmica no Sul, têxtil no Vale do Itajaí, metal-mecânico no Nordeste, moveleiro no Planalto Norte e madeira/papel/celulose no Planalto Serrano. Para ela, em crítica às teorias schumpeterianas e dependetistas, o sucesso da economia catarinense deveu-se às condições socioeconômicas particulares herdadas das condições naturais e da forma de povoamento (RAUD, 1999, p.181).

Em seu extenso estudo sobre a formação econômica de Santa Catarina, Goularti Filho (2002, p.378) afirma que “uma das características marcantes da economia catarinense é a especialização regional, sendo que cada microrregião é especializada num determinado segmento da indústria, com uma forte inserção nacional e internacional, e, em muitos casos, líder na produção nacional”.

Goularti Filho (2002) dividiu a estrutura produtiva catarinense em oito complexos econômicos (ver figura 4): agroindustrial-carnes no Oeste, eletro-metal-mecânico e materiais plásticos no Nordeste, papel e celulose nos Planaltos Norte e Serrano, agroindustrial-maçã no Meio-Oeste, carvão no Sul, têxtil no Vale do Itajaí, móveis na região de São Bento do Sul e cerâmica no Sul e na região de Tijucas.

Figura 4 – Complexos Econômicos Catarinenses – Década de 1990



fonte: GOULARTI FILHO, 2002, p.492.

Goularti Filho (2002, p. 394; 2009, p.177) observou que, dentro da especialização econômica e microrregional catarinense, caminha em paralelo um processo de diversificação das estruturas econômicas, com a produção concentrada numa região específica, mas com várias unidades produtivas localizadas em outras regiões integrando a economia catarinense.

Em 2002, no documento Santa Catarina, Oportunidades e Negócios, o Governo do Estado de Santa Catarina traçou um panorama da especialização produtiva catarinense em seis complexos (ver figura 5): agroindustrial no Oeste / Meio Oeste, eletro-metal-mecânico no Planalto Norte / Nordeste, têxtil no Vale do Itajaí, madeireiro no Planalto serrano, tecnológico no Litoral e mineral no Sul. Em publicações posteriores de 2004 e 2007, esta regionalização foi mantida.

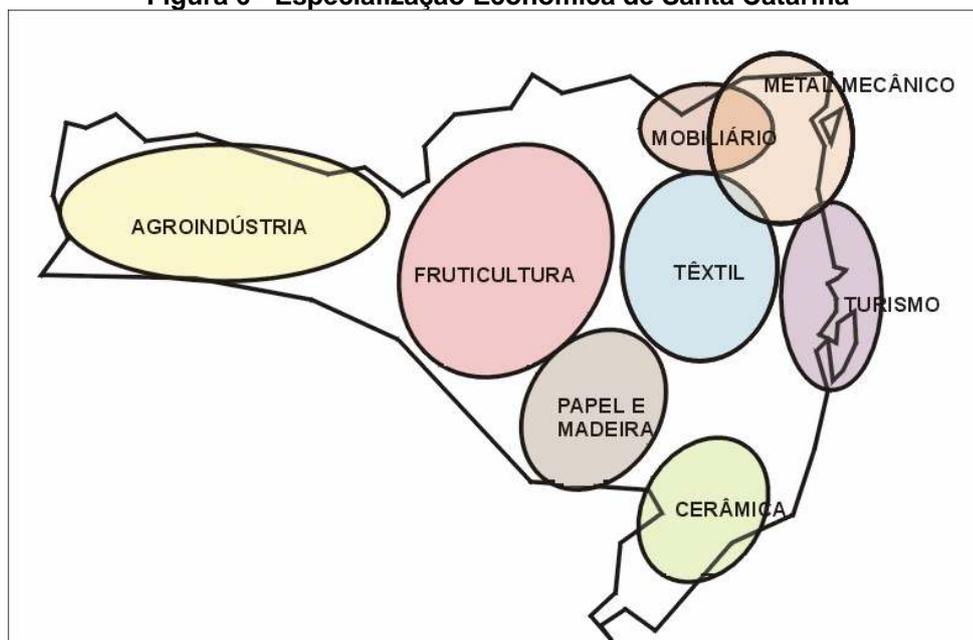
Figura 5 - Microrregiões Catarinenses e suas Especializações Produtivas



fonte: SANTA CATARINA, 2002, p.38.

Siebert (2006, p. 14), interpretou graficamente a especialização econômica de Santa Catarina com a imagem a seguir, na qual sete setores produtivos industriais aparecem em suas respectivas regiões e com o setor de turismo, não mencionado em estudos anteriores, demarcado no litoral norte (ver figura 6). Os setores mapeados são agroindústria no Oeste, fruticultura no Meio-Oeste, mobiliário no Planalto Norte, metal-mecânico no Nordeste, têxtil no Vale do Itajaí, papel-madeira no Planalto Serrano e cerâmica no Sul.

Figura 6 - Especialização Econômica de Santa Catarina

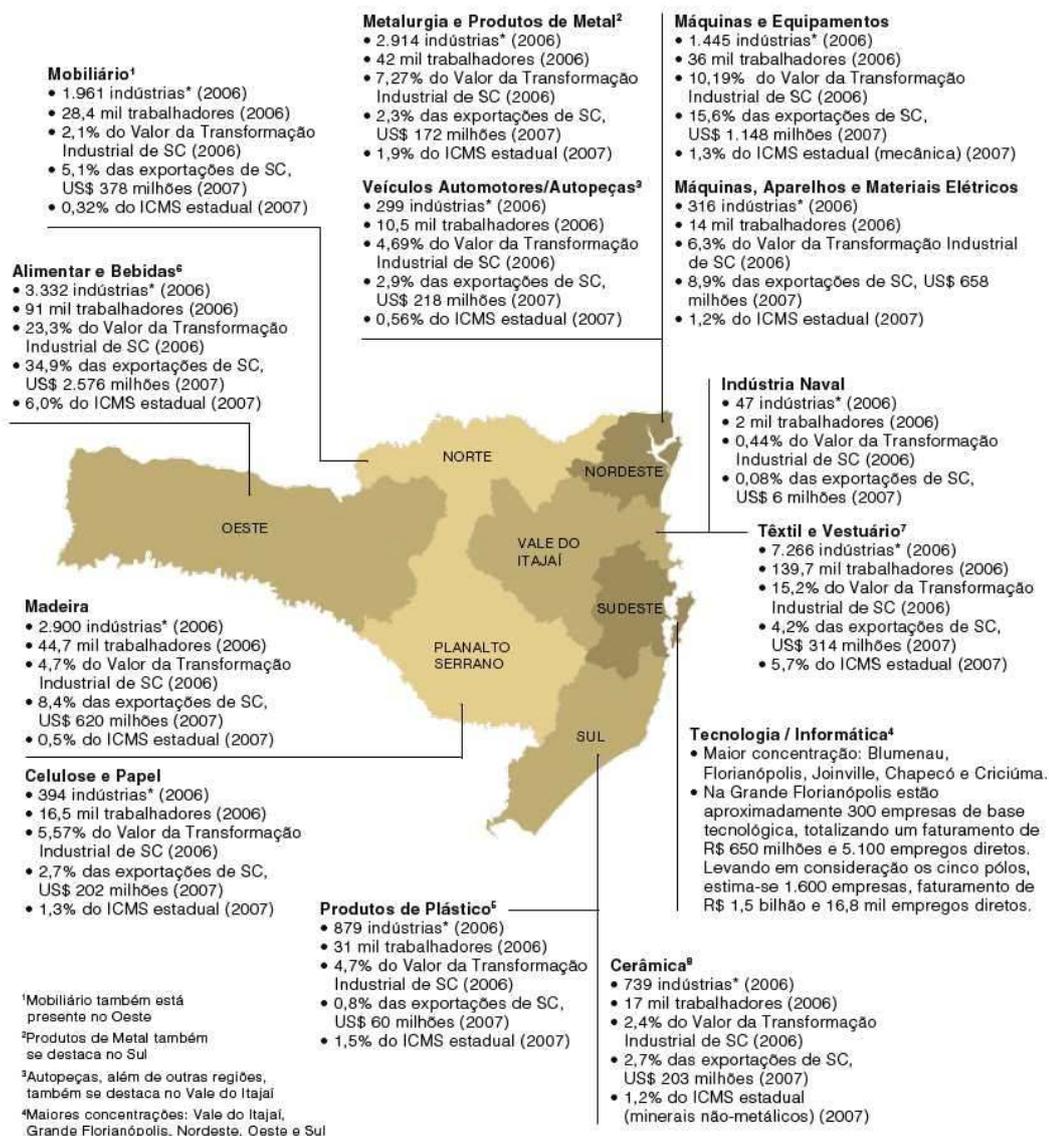


fonte: SIEBERT, 2006, p.14.

Finalmente, a FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina, em seu levantamento de dados anual (FIESC, 2008), caracterizou a especialização produtiva do

Estado em nove complexos industriais: alimentar-bebidas no Oeste, mobiliário no Planalto Norte, eletro-metal-mecânico no Nordeste, naval na região de Itajaí, têxtil-vestuário no Vale do Itajaí, madeira-celulose-papel no Planalto Serrano, tecnologia-informática na Grande Florianópolis, plásticos e cerâmica no Sul (ver figura 7).

Figura 7 - Especialização Produtiva de Santa Catarina



fonte: FIESC, 2008, p.18.

Diversas observações neste estudo assinalam que, apesar da concentração dos setores industriais por região, há também um processo de diversificação em andamento. Os dados de cada setor referem-se ao total da atividade no Estado, e não apenas à região assinalada no mapa.

Como vimos, a especialização produtiva catarinense tem gerado diferentes interpretações em relação à quantidade de pólos ou complexos existentes. Para proceder uma análise comparativa destes estudos, sintetizamos, tabela 1, os dados de seis destes estudos. Dois deles foram elaborados pelo Governo do Estado (Santa Catarina Estado

Onde Investir, de 1990 e Santa Catarina Oportunidades e Negócios, de 2007). Três foram elaborados por pesquisadores (RAUD, 1999; GOULARTI FILHO, 2002 e SIEBERT, 2006). O último foi elaborado por entidade empresarial (FIESC, 2008).

Tabela 1 – Quadro Comparativo dos Estudos sobre as Regiões Especializadas de Santa Catarina

SANTA CATARINA, 1990	RAUD, 1999	GOULART FILHO, 2002	SANTA CATARINA, 2002	SIEBERT, 2006	FIESC, 2008
(7 regiões)	(6 regiões)	(8 regiões)	(8 regiões)	(8 regiões)	(9 regiões)
Agroindústria	Agroindústria	Agroindústria	Agroindústria	Agroindústria	Alimentar
Cerâmico	Cerâmico	Cerâmico	Mineral	Cerâmico	Cerâmica
Têxtil	Têxtil/ vestuário	Têxtil	Têxtil - Vestuário	Têxtil	Têxtil-Vestuário
Metal- mecânico	Metal- mecânico	Eleto metal mecânica	Eleto Metal Mecânica	Metal mecânica	Eleto-metal- mecânico
Mobiliário	Moveleiro	Mobiliário		Mobiliário	Mobiliário
Madeira	Madeira, Papel e Celulose	Papel e Celulose	Florestal	Papel e Celulose	Madeira, Papel e Celulose
		Carvão			
		Materiais plásticos			Plásticos
Fruticultura				Fruticultura	
			Turismo	Turismo	
			Tecnológico		Tecnologia
			Pesqueiro		
					Naval

elaboração: o autor

O número de regiões especializadas, nos estudos analisados varia de seis a nove. Com esta justaposição dos seis estudos sobre a especialização produtiva de Santa Catarina, ficam evidenciadas suas semelhanças e especificidades.

Como semelhanças, percebemos que alguns setores industriais aparecem em todos os estudos analisados: a agroindústria, o cerâmico (mineral não-metálico), o têxtil, o metal-mecânico (eleto-metal-mecânico). Estes quatro, somados aos setores moveleiro e papel-celulose, são os seis APLs – Arranjos Produtivos Locais mais reconhecidos no Estado.

Como especificidades, temos:

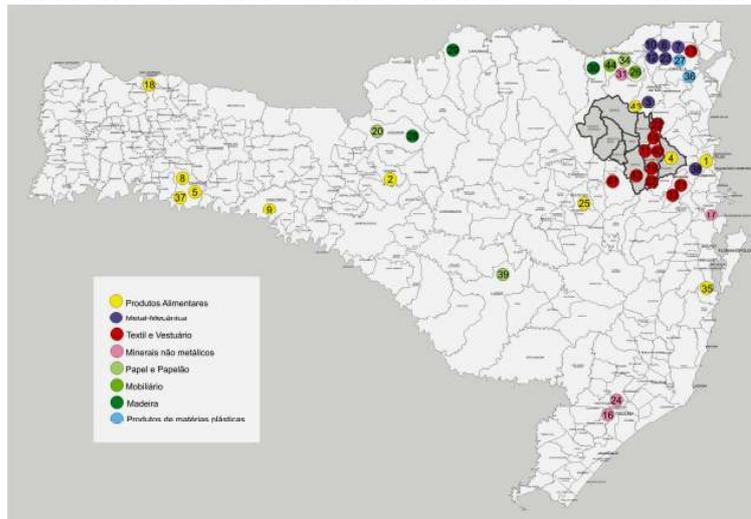
- os setores ligados à madeira (mobiliário ou moveleiro e papel e celulose) foram agrupados no setor florestal no estudo de 2007;
- o setor do carvão apareceu apenas no estudo de Goularti Filho;
- o setor de plásticos apareceu no estudo de Goularti Filho e da Fiesc;
- o setor de turismo aparece apenas nos estudos de 2006 e 2007;
- o setor de tecnologia aparece apenas nos dois estudos mais recentes;
- o setor pesqueiro aparece apenas no estudo de 2007.

Após revisarmos a literatura sobre a especialização produtiva do Estado, resgatando e comparando os estudos já realizados, vamos a seguir, com dados recentes referente a empregos, tentar verificar se a especialização produtiva de Santa Catarina ainda é uma característica marcante da atividade econômica do Estado.

4.2. Distribuição Recente dos Empregos por Setor Econômico e Industrial

No Diagnóstico elaborado pelo Programa de Extensão da Universidade Regional de Blumenau denominado Observatório do Desenvolvimento Regional, pode ser observada a distribuição espacial das indústrias catarinenses com mais de mil funcionários¹ em 2004, conforme dados da FIESC, como mostra a figura 8.

Figura 8 - Indústrias de Santa Catarina com mais de 1000 funcionários – 2004



fonte: www.furb.br/observatorio

Percebe-se no mapa da figura 8 que, no Oeste do Estado, as agroindústrias eram as únicas grandes empresas empregadoras. No Planalto Serrano, a Klabin, no ramo de papel, era a única grande empresa empregadora. No Sul do Estado, a Eliane e a Cocrisa, no ramo cerâmico (minerais não-metálicos) eram as únicas grandes empregadoras. Na grande Florianópolis, uma empresa do setor de alimentos e uma empresa do setor cerâmico eram as grandes empregadoras. No Vale do Itajaí, as empresas têxteis eram as grandes empregadoras. O Nordeste de Santa Catarina era a região mais diversificada em termos de grandes indústrias, e esta região e o Vale do Itajaí eram as regiões que concentram o maior número de grandes empresas industriais.

Empregos por Setor Econômico

Continuamos nossa análise com os dados referentes aos empregos por setor econômico, obtidos na RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, de 2006.

Do total de 1.598.454 empregos formais no Estado em 2006, 33% eram do setor primário (agricultura e pecuária), 64% no setor secundário (indústria) e apenas 3% no setor terciário (comércio e prestação de serviços). Os valores podem ser observados na tabela 2.

Tabela 2 – Empregos em Santa Catarina por Setor Econômico- 2006

Setor	Empregos	%
Setor primário	48.873	3
Setor secundário	1.018.117	64
Setor terciário	531.464	33
Total	1.598.454	100

fonte: RAIS 2006

A partir destes dados, nota-se que o setor primário é responsável apenas por uma pequena porção do total de empregos formais, enquanto o setor secundário é responsável por 64% do total.

O setor primário gera poucos empregos formais em Santa Catarina. Os municípios com maior número de empregos no setor primário no Estado em 2006 foram Fraiburgo e São Joaquim, no meio-oeste, com o cultivo da maçã, e Itajaí, no litoral Norte, com a pesca. Na tabela 3, observam-se os dez municípios catarinenses com maior número de empregos no setor primário em 2006.

Tabela 3 - Municípios Catarinenses com maior número de empregos no setor primário – 2006

Ranking	Municípios	Empregos	% SC
1	Fraiburgo	4.112	0,26
2	São Joaquim	2.697	0,17
3	Itajaí	2.082	0,13
4	Xaxim	1.649	0,10
5	Lages	1.647	0,10
6	Caçador	1.616	0,10
7	São José	1.202	0,08
8	Forquilha	1.083	0,07
9	Videira	1.064	0,07
10	Lauro Muller	1.007	0,06

fonte: RAIS 2006

Já o setor secundário estava fortemente presente em Joinville, Blumenau e Jaraguá do Sul, no Nordeste do Estado, municípios mais industrializados em 2006 (ver tabela 4).

Tabela 4 - Municípios Catarinenses com maior número de empregos no setor secundário - 2006

Ranking	Município	Empregos	% SC
1	Joinville	60.329	3,77
2	Blumenau	43.588	2,73
3	Jaraguá do Sul	32.440	2,03
4	Brusque	21.691	1,36
5	Chapecó	16.971	1,06
6	Criciúma	15.141	0,95
7	São Bento do Sul	13.948	0,87
8	Gaspar	10.777	0,67
9	Caçador	10.275	0,64
10	Indaial	10.020	0,65

fonte: RAIS – 2006

Finalmente, o setor terciário era mais expressivo na capital do Estado, que concentra 13% do total de empregos neste setor, seguido por Joinville, Blumenau, e São José.

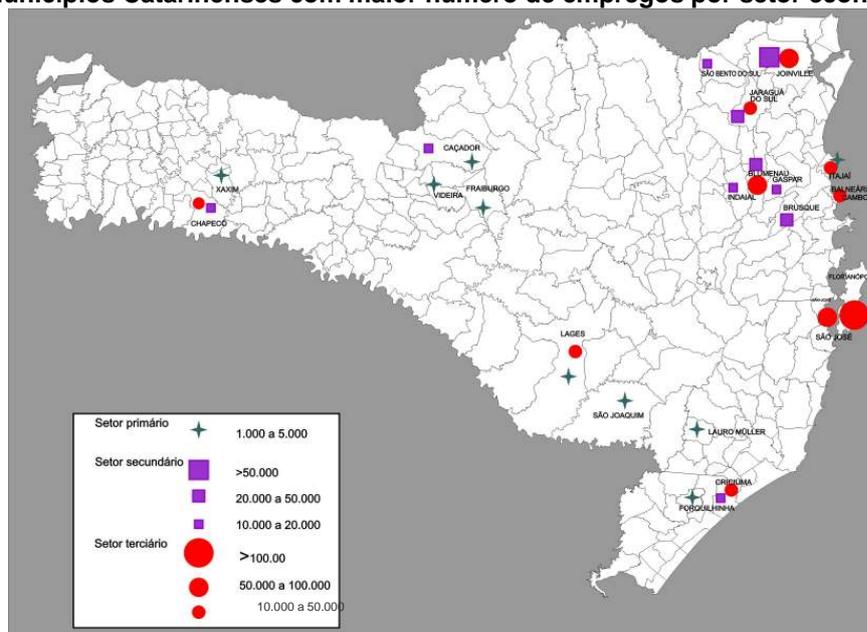
Na tabela 5, estão dispostos os dez municípios do Estado que mais empregaram no setor terciário em 2006.

Tabela 5 - Municípios Catarinenses com maior número de empregos no setor terciário - 2006

Ranking	Municípios	Empregos terciários	% SC
1	Florianópolis	219.762	13,75
2	Joinville	81.757	5,11
3	Blumenau	60.703	3,80
4	São Jose	52.364	3,28
5	Itajaí	46.909	2,93
6	Criciúma	36.158	2,26
7	Chapecó	32.024	2,00
8	Balneário Camboriú	27.600	1,73
9	Lages	22.894	1,43
10	Jaraguá do Sul	22.753	1,42

fonte: RAIS – 2006

A espacialização destes dados na Figura 9 demonstra que as regiões de Santa Catarina com maior número de empregos são a Grande Florianópolis com destaque para o setor terciário, e a região Nordeste / Vale do Itajaí, com um razoável equilíbrio entre os setores secundário e terciário. Os empregos industriais concentram-se no arco entre Brusque – Blumenau – Jaraguá do Sul – São Bento do Sul – Joinville.

Figura 9 - Municípios Catarinenses com maior número de empregos por setor econômico – 2006

fonte: SIEBERT; TENFEN, 2009.

O mapa confirma o entendimento de que enquanto o desenvolvimento do setor industrial traz consigo o crescimento do setor terciário, este pode crescer de forma independente, sem impulsionar a indústria.

Empregos por Setor Industrial

Ao analisarmos o número de empregos por setor industrial, na tabela 6, percebemos que o setor têxtil era o maior empregador de SC, com 26,3% do total de empregos industriais, seguido pelo setor metal-mecânico, elétrico, comunicação e transporte com 20,53%, e agroindústria com 18,05%. O setor farmacêutico, que não havia aparecido em

nenhum dos estudos analisados, surge aqui como quinto maior empregador do Estado. Veremos, a seguir, cada um destes setores.

Tabela 6 - Empregos por Setores Industriais – SC - 2006

Ranking	Setor Industrial	Nº de empregos	% nº de empregos industriais
1	Têxtil	139.818	26,30
2	Eleto-Metal-mecânico,	109.126	20,53
3	Alimentícios (agroindústria)	95.957	18,05
4	Madeira – mobiliário	74.017	13,93
5	Farmacêuticos	40.556	7,63
6	Minerais não metálicos	27.860	5,24
7	Papel e Celulose	24.813	4,67
8	Borracha, fumo, couros, etc	13.122	2,47
9	Calçados	6.195	1,16
	Total	531.464	100

fonte: RAIS – 2006

No setor têxtil, 18,96% dos empregos no Estado estavam em Blumenau, 11,39% em Brusque, e 9,77% em Jaraguá do Sul .

No setor metal-mecânico, incluindo os sub-setores elétrico, comunicações e transportes, Joinville era o maior empregador, com 33% dos empregos do setor no Estado, seguido por Jaraguá do Sul (10,33%) e Blumenau (7,57%).

No setor agroindustrial, destacam-se Chapecó, Concórdia e Capinzal, com respectivamente 12,25%, 7,01% e 6,25% do total de empregos do setor em Santa Catarina .

No setor de madeira e mobiliário, destacavam-se São Bento do Sul, Rio Negrinho, Caçador e Lages, com respectivamente, 5,88%, 4,15%, 3,85% e 2% do total de empregos no setor em Santa Catarina.

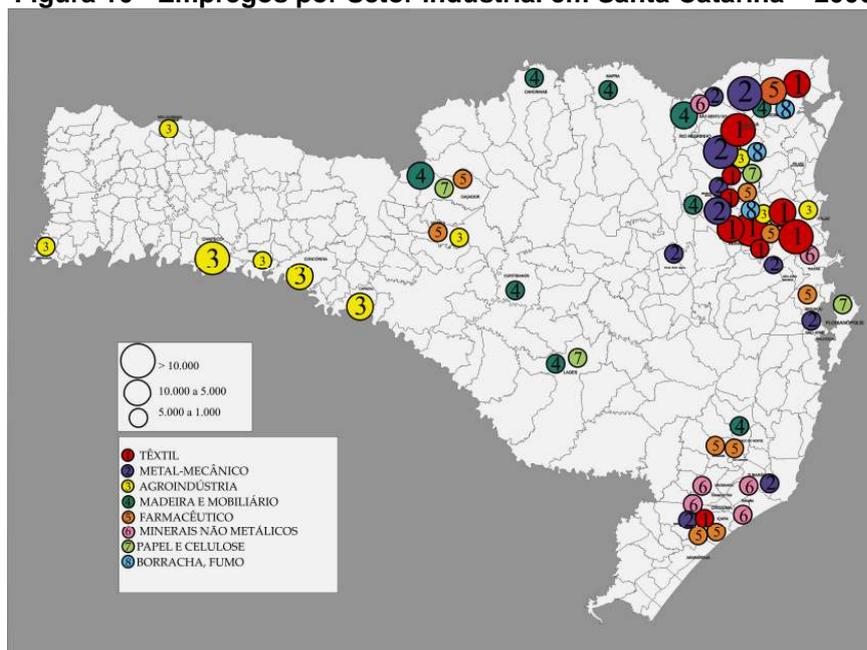
No setor farmacêutico, Joinville ocupava sozinho a liderança com 21,7% do total de empregos no setor do Estado. Este setor, que não havia sido mencionado nos estudos anteriores analisados na revisão bibliográfica, destacou-se ao ultrapassar como empregador os setores de minerais não metálicos; madeira-mobiliário; borracha, fumo; e calçados.

No setor de produtos minerais não metálicos (cerâmica e carvão) destacavam-se os municípios de Criciúma, e Tijucas, com, respectivamente 10,63% e 7,52% do total de empregos no setor em Santa Catarina, com destaque para a indústria cerâmica.

No setor de papel, os empregos estavam concentrados em Blumenau, Caçador, Florianópolis e Lages.

No setor de borracha, fumo, couros e similares, destacavam-se Joinville, Blumenau, e Jaraguá do Sul, com 15,7%, 9,8%, e 8,8% do total de empregos do setor no estado.

A partir dos dados de empregos por setor industrial, elaboramos uma análise espacial através da espacialização da informação na figura 10.

Figura 10 - Empregos por Setor industrial em Santa Catarina – 2006

fonte: SIEBERT; TENFEN, 2009.

A distribuição espacial dos empregos por setor industrial nos permite observar que o arco que interliga Joinville a Blumenau e Florianópolis é a área mais industrializada do estado. O Sul do estado também apresenta um *cluster* significativo de empresas. No restante do estado, os empregos industriais também estão presentes, mas de forma mais difusa e rarefeita. Esta análise corrobora o estudo de Siebert e Spengler (2009) sobre a rede urbana de Santa Catarina, que registrou um esvaziamento do Oeste catarinense e uma concentração populacional na faixa litorânea. Confirma-se ainda a observação de Moura (2008) do Leste catarinense como um arranjo urbano-regional com polarização compartilhada entre mais de uma centralidade (polaridade difusa).

Em termos de especialização produtiva, o mapeamento permitiu caracterizar nitidamente o Oeste do estado como uma região especializada no setor agroindustrial e o trecho central do estado, desde o Planalto Norte ao Planalto Serrano, como uma região especializada nos setores de madeira, mobiliário e papel. Nas demais regiões, parece haver mais diversificação do que a esperada especialização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhando com a relação entre espaço, sociedade e economia, analisamos, neste artigo, a distribuição espacial da atividade econômica em Santa Catarina, buscando interpretar a dinâmica recente na estrutura socioespacial do território. Na revisão da literatura sobre a especialização produtiva do Estado, foi possível realizar uma interessante análise comparativa entre as diversas regionalizações adotadas nos estudos de diferentes autores, por meio de quadro analítico. Nesta análise comparativa, seis complexos industriais ou APLs – Arranjos Produtivos Locais destacaram-se, por estarem presentes em todos os

estudos: agroindustrial no Oeste; cerâmico (minerais não metálicos) no Sul; têxtil no Vale do Itajaí; metal-mecânico no Nordeste Catarinense; moveleiro do Planalto Norte e papel e celulose no Planalto Serrano.

A seguir, caracterizamos a configuração espacial da estrutura de produção catarinense a partir das maiores empresas empregadoras e do número de empregos por setor econômico e por setor industrial, trabalhando com os dados de empregos da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais de 2006, por setor econômico e por setor industrial. Ficou evidenciada a relevância do setor secundário na geração de empregos formais. O Nordeste do Estado / Vale do Itajaí aparece como a região mais industrializada, com forte presença do setor secundário nos municípios de Joinville, Blumenau e Jaraguá do Sul. O setor terciário é mais expressivo na capital, seguido por Joinville, Blumenau e São José.

A espacialização dos dados de empregos por setor econômico na base cartográfica de Santa Catarina revelou maior concentração de empregos, tanto secundários quanto terciários, no arco que interliga Joinville, Blumenau e Florianópolis. Já os empregos industriais estão concentrados no arco que se estende entre Brusque, Blumenau, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e Joinville.

Com a análise dos dados de emprego por setor industrial, concluiu-se que os maiores empregadores são os setores têxtil, o metal-mecânico, a agroindústria e o setor de madeira e mobiliário. O setor de farmacêuticos, que não havia sido mencionado nos estudos anteriores, destacou-se como quinto maior empregador, ultrapassando os setores de minerais não metálicos e papel e celulose.

O mapeamento destes dados permitiu realizar uma análise espacial atualizada da especialização produtiva de Santa Catarina. Foi comprovada a condição de região produtiva especializada no Oeste do Estado, com a presença exclusiva da agroindústria como grande empregadora; e na região Central do Estado, desde o Planalto Norte ao Planalto Serrano, com a forte presença dos setores que têm na madeira sua matéria prima: mobiliário, papel e celulose.

Nas demais regiões, o modelo monofuncional parece não mais abranger a realidade atual, pois encontramos mais diversificação do que especialização. Concluímos, assim, que a distribuição espacial da atividade produtiva em Santa Catarina está evoluindo de uma nítida especialização regional para uma maior diversidade no Leste do Estado, que aparece claramente com uma dinâmica produtiva multifuncional, repetindo o padrão litorâneo de urbanização densificada de outros estados.

6. REFERÊNCIAS

DIAS, Leila Cristina Duarte. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: nota para discussão. In: LIMONAD, Ester et al. (org) **Brasil século XXI: por uma**

- nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004.
- DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FIESC. **Santa Catarina em dados**. Florianópolis: FIESC, 2008.
- FRIEDMAN, T. **The world is flat: a brief history of the twenty-first century**. New York: Farrar, Straus, and Giroux, 2005.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Refletindo sobre a regionalização no Brasil e a hipótese da cidade/região global: um ensaio. In: **Ética, planejamento e construção democrática do espaço. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro. ANPUR, 2001, vol III, p.1745-1762.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 500p.
- _____. Desenvolvimento regional em Santa Catarina: uma interpretação alternativa. In: SOUZA, Critiane M.de M.; THEIS, Ivo M. (orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas**. Blumenau: Edifurb, 2009.
- HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Oxford: Blackwell, 1993.
- _____. **The New Imperialism**. New York: Oxford University Press, 2003.
- _____. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.
- _____. **Spaces of Global Capitalism: Towards a Theory of Uneven Geographical Development**. London: Verso, 2006.
- KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. © 1974. Oxford: Blackwell, 1997.
- LOJKINE, Jean. Alternativas em face da mundialização: a instituição municipal, mediação entre empresa e sociedade. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MAGNANINI, R. L. da C.. As cidades de Santa Catarina: base econômica e classificação funcional, **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: 33 (1) 85 - 121,1971.
- MOURA, Rosa. Arranjos urbano-regionais uma categoria complexa na metropolização brasileira. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.10, n.2, Anpur, 2008.
- OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Indústrias de Santa Catarina com mais de 1000 funcionários – 2004**. Disponível em: www.furb.br/observatorio.
- OLIVEIRA, Floriano Godinho de. Organização social e novos espaços industriais. In: **Ética, planejamento e construção democrática do espaço. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: 2001.
- PIMENTA, Margareth de C.A. e SIEBERT, Claudia F. Globalização e transformações nas relações de trabalho: resultados espaciais das políticas neo-liberais. In: **Anais do XII ENANPUR**. Belém: 2007.
- PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. O parque industrial metropolitano do Rio de Janeiro ganha novo perfil e emprega menos. In: PIQUET, Rosélia (org.). **Rio de Janeiro, perfis de uma metrópole em mutação**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2000.
- POCHMANN, Márcio. Desenvolvimento capitalista e divisão do trabalho. In: POCHMANN, Márcio (org.). **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com**

inclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.

RAUD, Cecile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense.** Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999. 276p.

REZENDE, Fernando, e TAFNER, Paulo (org.). **O Estado de uma nação.** Brasília: IPEA, 2005. <http://www.ipea.gov.br/Destaques/brasilestadodeumanacao.htm>

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; CRESCENZI, Riccardo. Montanhas em um mundo plano: porque a proximidade ainda importa para a localização da atividade econômica. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.11, n.2, Anpur, 2009.

SANTA CATARINA. **Mapa com a malha municipal.** Disponível em: www.sc.gov.br. Acessado em agosto de 2008.

_____. **Santa Catarina: oportunidades e negócios.** Editora Letras Brasileiras. Florianópolis, 2002.

_____. **Santa Catarina: oportunidades e negócios.** Editora Letras Brasileiras. Florianópolis, 2004.

_____. **Santa Catarina: oportunidades e negócios.** Editora Letras Brasileiras. Florianópolis, 2007.

_____. Secretaria do Estado da Indústria do Comércio e do Turismo. **Santa Catarina Estado onde Investir.** Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial, Florianópolis, 1990, p.160.

_____. **Política de desenvolvimento regional e urbano para Santa Catarina.** Florianópolis: GAPLAN, 1981.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. **Espaço e sociedade.** São Paulo: Vozes, 1982.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, J. Allen. **Regions and the world economy: the coming shape of global production, competition and political order.** New York: Oxford University Press, 2000.

_____. City-regions: economic motors and political actors on the global stage. In: **UNPAN - United Nations Online Network in Public Administration and Finance.** 2005. disponível em <http://www.unpan.org/>

SCOTT, J. Allen e STORPER, Michael. **Regions, globalization, development.** In: *Regional Studies*, vol. 37: 6&7, p.579-593, 2003.

SIEBERT, Claudia Freitas. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí.** Blumenau: Ed. da FURB, 1996. 118p.

_____. **Indústria e Estado: a reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí.** Florianópolis, 2006. Tese de Doutorado – UFSC.

_____. Panorama do planejamento regional em Santa Catarina: da centralização à construção da solidariedade regional. In: Claudia Siebert. (Org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas**. Blumenau: Edifurb, 2001, v. , p. 139-166.

SIEBERT, Claudia; SPENGLER, Bruna. A rede urbana de Santa Catarina: abordagem trans-escalar. In: **Anais do XIII ENANPUR**. Florianópolis: 2009.

SIEBERT, Claudia; TENFEN, Sulana. **Especialização Produtiva de Santa Catarina**. Relatório de Pesquisa – PIPE. Blumenau: FURB, 2009.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional (USP), 1968.

http://bloggergeograficocp2.blogspot.com/2008/10/santa-catarina_19.html. acesso em Maio, 2008.

ⁱ1- Seara, 2- Perdigão, 3- Weg, 4- Bunge, 5- Aurora, 6- Tupy, 7- Embraco, 8- Sadia, 9- Sadia, 10- Multibrás, 11- Hering, 12- Busscar, 13- Dohler, 14- Marisol, 15- Karsten, 16- Cocrisa, 17- Portobello, 18- Parati, 19- Teka, 20- Adami, 21- Buettner, 22- Cremer, 23- Schulz, 24- Eliane, 25- Riosulense, 26- Artefama, 27- Tigre, 28- Sincol, 29- Lavrasul, 30- Battistella, 31- Oxford, 32- Haco, 33- Renaux, 34- Condro, 35- Macedo, 36- Amanco, 37- alfa, 38- Estaleiro, 39- Klabin, 40- Sulfabril, 41- Brandili, 42- Teka, 43- Duas Rodas, 44- Rudinick.